



MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 19.296.342/0001-29

2/11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Exercício de 2017 - Consolidado

com base no método de juros efetivos, sendo o custo operacional correspondente à diferença entre a amortização acumulada do período anterior e a amortização acumulada do período atual.

Como as amortizações das debêntures são extraordinárias, as amortizações do ajuste a valor justo variam à medida que ocorrem amortizações extraordinárias de juros e/ou principal. Dessa forma, os elevados valores de amortizações extraordinárias ocorridos em 2014 e 2017 elevaram os valores do custo de amortização do AVJ

4.3 Resultados

RESULTADOS	2013 Reapresentado	2014 Reapresentado	2015	2016	2017
Resultado Bruto	120.834	212.752	33.357	(12.693)	(67.255)
Resultado Financeiro	40.928	113.872	54.550	34.422	17.467
Resultado Líquido do Exercício	(28.608)	183.197	(611.512)	(133.435)	(12.480)

O resultado bruto, correspondente à receita operacional subtraída o custo operacional, foi negativo nos dois últimos exercícios, tendo em vista a performance das receitas e custos, conforme demonstrado anteriormente.

O resultado financeiro, alcançado por meio da aplicação de recursos em aplicações financeiras cujas rentabilidades anuais permeiam as taxas DI, reduziu nos últimos exercícios em razão da redução do montante aplicado, sobretudo em função do fluxo de pagamentos de PPP's pela subsidiária EMIP, dos pagamentos de convênios e amortizações das debêntures emitidas.

Verifica-se que, com exceção do exercício de 2014, a Companhia auferiu prejuízo em todos os exercícios em análise. O resultado positivo de 2014 foi proporcionado, sobretudo, pela elevada receita de participação acionária auferida, conforme explicitado anteriormente. Nos demais exercícios, os reconhecimentos de provisão para perdas em participações societárias, resultados de ajustes a valor justo e perdas ao valor recuperável de determinados ativos foram preponderantes para os resultados líquidos negativos obtidos, conforme se observa na análise do LAJIDA, a seguir.

4.4 LAJIDA e LAJIDA ajustado

LAJIDA e LAJIDA ajustado (RS mil) (*)	2013 reapresentado	2014 reapresentado	2015	2016	2017
Resultado do período	(28.608)	183.197	(611.512)	(133.435)	(12.480)
(+) Despesa de IR e Contribuição Social	8.615	10.618	2.471	-	-
(+) Despesas Financeiras Líquidas	(40.928)	(113.872)	(54.550)	(34.422)	(17.467)
(+) Depreciação e Amortização	54	57	53	44	44
LAJIDA (a)	(60.867)	80.000	(663.538)	(167.813)	(29.903)
(-) Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	825	(20.109)	(19.469)	(1.015)	-
(+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajustes a Valor Justo	-	-	66.991	(104.631)	(303.942)
(+) Reclassificação de Outros Resultados para Resultado	-	-	-	42.465	-
(+) Provisão para Perdas em Participações Societárias	-	-	467.955	-	7.030
(+) Impairment dos Imóveis Disponíveis para Venda	-	-	-	2.137	(116)
(+) Impairment dos Direitos de Créditos Autônomos	175.468	146.745	174.291	206.862	251.690
(+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajuste no Reconhecimento Inicial	(109.046)	(18.381)	(69.782)	(36.128)	17.223
LAJIDA AJUSTADO (b)	6.380	188.345	(43.552)	(58.123)	(58.018)

(a) LAJIDA

O LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) é uma medição não contábil utilizada para analisar a geração operacional de caixa de uma empresa. Esta medição é elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando o disposto no Art. 3º da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

(b) LAJIDA ajustado

O LAJIDA ajustado foi calculado em conformidade com o Art. 4º da Instrução CVM nº 527, com o intuito de melhor refletir a geração

operacional de caixa da Companhia, por meio da exclusão dos seguintes efeitos:

Estima-se que, ao final da operação, em 2022, este custo seja de R\$ 55.404 mil. A exemplo do ajuste a valor justo registrado como redutor do ativo, o ajuste a valor justo registrado como redutor do passivo não gera impacto sobre o caixa.

Os demais custos apurados no exercício foram pouco representativos para os resultados da Companhia.

operacional de caixa da Companhia, por meio da exclusão dos seguintes efeitos:

- Equivalência patrimonial referente à participação na Helibras;
- Ajustes a valor justo referentes aos contratos de opções flexíveis e aos direitos creditórios decorrentes de empréstimo de ações;
- Reclassificação de outros resultados abrangentes para resultado em decorrência da alienação da participação na Helibras;
- Provisão para perdas em participações societárias decorrente dos investimentos na Cemig e na Copasa;
- Impairment dos imóveis disponíveis para venda (de propriedade

da subsidiária EMIP);

- Impairment dos direitos de crédito autônomos.
- Resultado correspondente à diferença entre o custo relativo à amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures subordinadas e a receita referente à amortização do ajuste no reconhecimento inicial da carteira DCA.

Infere-se das informações acima que os prejuízos auferidos pela Companhia são provenientes, preponderantemente, de fatores que não impactam na geração de caixa da Companhia.

4.5 Prejuízos acumulados

Em função dos resultados auferidos nos últimos exercícios, a Companhia possui, atualmente, prejuízos acumulados no montante de R\$ 926.752 mil:

Prejuízos Acumulados (em RS mil)	
Prejuízos Acumulados de 2012 a 2014	(169.325)
Prejuízo Líquido 2015	(611.512)
Prejuízo Líquido 2016	(133.435)
Lucro Líquido 2017	(12.480)
TOTAL	(926.752)

A Administração propõe à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas a redução de capital na importância dos prejuízos acumulados, com sua absorção pelo acionista controlador Estado de Minas Gerais.

5 REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro do exercício, ajustado na forma da lei. Em razão do prejuízo apurado, a Companhia não declarou, nos exercícios de 2017 e 2016, pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

6 ACESSO À INFORMAÇÃO

A Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação regulamentou o direito fundamental de todo brasileiro acessar as informações, de interesse coletivo ou geral, produzidas, guardadas e organizadas pelo Poder Público em todos os níveis de governo – União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011, a Lei - que entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012 - estabeleceu procedimentos para que os órgãos públicos facilitem o acesso à informação pública sob sua guarda e respondam aos pedidos de informações dos cidadãos.

Foram criados mecanismos para garantir o acesso à informação pública e, por outro lado, estabelecidos critérios para proteção de informações pessoais e sigilosas que impliquem na segurança da Sociedade e do Estado. Mas a observância da publicidade como regra e do sigilo como exceção, a divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitações e a utilização dos meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação, estão entre as principais diretrizes da Lei.

Em 25 de maio de 2012, o Governo Mineiro publicou o Decreto Estadual nº 45.969, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela administração direta do Poder Executivo, suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias e empresas controladas direta ou indiretamente, com vistas a garantir o acesso à informação, nos termos da legislação estadual vigente e da Lei Federal nº 12.527/2011.

Na MGI, o acesso à informação é disponibilizado no site

www.mgipart.com.br. Para facilitar o acesso e a compreensão pela sociedade, foram publicados os links "Concursos, Debêntures, Editais, Institucional, Conselho de Ética, Imóveis e Transparência", de forma objetiva e em linguagem acessível.

Na mesma oportunidade, foi disponibilizado o menu "Fale Conosco" – por meio do qual é possível requerer, sem necessidade de justificativa, dados da Companhia e da gestão de seus administradores.

7 POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

A MGI, na condição de Companhia de capital aberto, se sujeita à fiscalização exercida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA, na condição de emissora de valores mobiliários – Categoria "B" (Debêntures Simples Não conversíveis em Ações), nos termos da Instrução CVM nº 400/2009, devendo divulgar informações societárias de forma coerente com as melhores práticas de governança corporativa, visando à transparência e à equidade no relacionamento com os investidores e o mercado, bem como minimizar eventuais desvios.

Na MGI, a política de divulgação de informação e manutenção de sigilo por potenciais ou efetivos detentores de informação relevante, nos termos da Instrução MGI nº 358, de 03 de janeiro de 2002, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23/05/2012.

As âncoras para a divulgação de informações estão representadas pelo "Sistema de Informações Periódicas e Eventuais – IPE" e pelo Programa "Empresas Net", ambos da CVM.

Em atendimento à Instrução CVM nº 547 de 05 de fevereiro de 2014 a Companhia também divulga seus fatos relevantes no Diário Oficial do Estado, em jornal de grande circulação editado em Belo Horizonte/MG e em sua página na internet: www.mgipart.com.br.

Adicionalmente, a Companhia está em fase de estudo para estruturação e implementação de melhorias no âmbito da Lei 13.303/2016 ("Lei das Estatais"), que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias. Nesse contexto, estão abrangidas, entre outras diretrizes, a adequação da estrutura de governança corporativa e compliance, disposições aplicáveis a licitações e contratos, bem como requisitos de transparência, tais como a elaboração e divulgação de políticas específicas e relatório integrado anual.

8 AUDITORIA INDEPENDENTE

À Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se, exclusivamente, à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, a prestação de outros serviços.

9 AGRADECIMENTOS

A administração da MGI considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o exercício de 2017 e agradece o apoio e a orientação recebidos da Secretaria de Estado de Fazenda, da Advocacia

Geral do Estado, dos Conselhos de Administração e Fiscal, e destaca a competência e o profissionalismo de seus empregados e colaboradores, responsáveis pela consecução dos objetivos atingidos.

Belo Horizonte, 26 de março de 2018
A Administração.

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		Passivo	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.961	7.167	8.983	7.307	Fornecedores e outras contas a pagar		218	244	218	244
Títulos e valores mobiliários	6	203.368	252.701	203.368	252.701	Salários e encargos sociais		971	916	1.199	937
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	49.534	118.268	49.503	117.511	Tributos a recolher		507	3.096	723	3.244
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	7.a	40	20.325	40	20.325	Debêntures	13	34.601	80.629	34.601	80.629
Tributos a recuperar	9	8.683	13.171	8.815	13.346	Obrigações por repasse	14	12.818	14.327	14.553	14.409
Imóveis para venda		-	-	5.635	6.224	Total do passivo circulante		49.115	99.212	51.294	99.463
Outras contas		138	151	138	181	Opções flexíveis de compra	8	123.271	152.802	123.271	152.802
Total do ativo circulante		269.724	411.783	276.482	417.595	Debêntures	13	1.275.072	1.184.538	1.275.072	1.184.538
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	1.179.919	1.026.098	1.220.790	1.067.126	Obrigações por repasse	14	20.152	20.152	20.152	20.152
Opções flexíveis de venda	8	85.521	59.477	85.521	59.477	Passivo fiscal diferido	15	2.110	6.805	2.110	6.805
Tributos a recuperar	9	26.554	24.407	27.779	25.629	Total do passivo não circulante		1.420.605	1.364.297	1.420.605	1.364.297
Depósitos judiciais	10	3.806	3.816	3.806	3.907	Total do passivo		1.469.720	1.463.509	1.471.899	1.463.760
Investimentos em controlada/coligada	11	46.676	47.903	-	-	Patrimônio líquido					
Outros investimentos	12	38.101	67.814	38.101	67.814	Capital social	17	1.101.755	1.080.957	1.101.755	1.080.957
Imobilizado		86	121	87	122	Ações em tesouraria		(5)	(5)	(5)	(5)
Intangível		14	22	14	22	Prejuízos acumulados		(926.752)	(914.272)	(926.752)	(914.272)
Total do ativo não circulante		1.380.677	1.229.658	1.376.098	1.224.097	Ajuste de avaliação patrimonial		5.683	11.252	5.683	11.252
Total do ativo		1.650.401	1.641.441	1.652.580	1.641.692	Total do patrimônio líquido		180.681	177.932	180.681	177.932
						Total do passivo e patrimônio líquido		1.650.401	1.641.441	1.652.580	1.641.692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto resultado por lote de mil ações)

Receita	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2017	2016	2017	2016
Receita	18	195.474	274.205	196.025	275.149
Custos	19	(262.535)	(286.293)	(263.280)	(287.842)
Resultado bruto		(67.061)	(12.088)	(67.255)	(12.693)
Despesas administrativas		(6.726)	(7.985)	(8.860)	(9.740)
Outras receitas (despesas)		733	390	830	394
Resultado de equivalência patrimonial	11	(1.917)	(3.215)	-	1.015
Provisão para perdas em participações societárias	12	(7.030)	-	(7.030)	-
Resultado de ajustes a valor justo	21	303.942	104.631	303.942	104.631
Reclassificação de ORA para Resultado		-	(42.465)	-	(42.465)
Perda na recuperação de imóveis para venda		-	-	116	(2.137)
Perda na recuperação de direitos creditórios	7.c	(251.690)	(206.862)	(251.690)	(206.862)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(29.749)	(167.594)	(29.947)	(167.857)
Receitas financeiras	20	17.789	34.560	17.997	34.869
Despesas financeiras	20	(520)	(401)	(530)	(447)
Resultado (despesas) financeiras, líquidas		17.269	34.159	17.467	34.422
Resultado antes dos impostos		(12.480)	(133.435)	(12.480)	(133.435)
Impostos de renda	15	-	-	-	-
Contribuição social	15	-	-	-	-
Resultado do exercício		(12.480)	(133.435)	(12.480)	(133.435)
Resultado p/ lote de mil ações (básico e diluído em RS)	17.e	(21,72555)	(232,28755)	(21,72555)	(232,28755)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado do exercício	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2017	2016	2017	2016
Resultado do exercício		(12.480)	(133.435)	(12.480)	(133.435)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		-	-	-	-
Outros resultados abrangentes		(10,264)	(3,557)	(10,264)	(3,557)
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	12.a	(10,264)	(3,557)	(10,264)	(3,557)
Instrumento Patrimonial reclassificado para Resultado		-	42,465	-	42,465
Participação no resultado abrangente de coligada		-	3,978	-	3,978
Resultado abrangente total		(10,264)	42,886	(10,264)	42,886
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	15	4,695	542	4,695	542
Resultado abrangente total		(18,049)	(90,007)	(18,049)	(90,007)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2015	Nota	Capital social		Reclassificações PPP's e Ações em tesouraria	Prejuízos Acumulados	Ajuste Patrimonial	Total		
		Capital social	a realizar						
Saldo em 31 de dezembro de 2015		2.819.090	(71.250)	140.310	(1.547.124)	(5)	(822.016)	(32.176)	486.829
Aumento de capital	17	668.439	(424.872)	(140.310)	-	-	-	-	103.257
Redução de capital	17.a	(8.053)	-	-	-	-	-	-	(8.053)
Readequação do capital	17.a	(41.179)	-	-	-	-	-	41.179	-
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	-	(133.435)	-	(133.435)
Variação no valor justo dos investimentos		-	-	-	-	-	-	(3.557)	(3.557)
Participação no resultado abrangente de coligada</									